

A COMISSÃO

A Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara foi criada pela Lei nº 14.688, de 1º de junho de 2012, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos ocorridas contra qualquer pessoa, no território do Estado de Pernambuco; ou contra pernambucanos ainda que fora do Estado, praticadas por agentes públicos estaduais, durante o período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de 18 de setembro de 1946 a 05 de outubro de 1988, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a consolidação do Estado Democrático de Direito.

No dia 1º de junho de 2012, nos jardins do Palácio do Campo das Princesas, sede do Governo do Estado de Pernambuco, procedeu-se a solenidade de instalação da CEMVDHC. A ocasião foi presidida pelo então governador Eduardo Henrique Accioly Campos.

Fizeram uso da palavra: o governador Eduardo Campos; a deputada federal Luiza Erundina, representando a Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça da Câmara dos Deputados; a mãe do desaparecido político Fernando Augusto de Santa Cruz, Elzita Santa Cruz, representando os familiares dos presos e torturados políticos; o advogado José Paulo Cavalcanti Filho, representando a Comissão Nacional da Verdade e Fernando de Vasconcellos Coelho, coordenador-geral da CEMVDHC.

Em cumprimento ao disposto no art. 12, da Lei nº 14.699, de 1º de junho de 2012, ato contínuo à sua instalação, a CEMVDHC elaborou o seu Regimento Interno, publicado no Decreto nº 38.386, de 19 de junho de 2013. Entre outras questões, o Regimento Interno dispõe sobre a competência da Comissão para a consecução de suas finalidades, as atribuições do seu coordenador-geral e do secretário-geral e a periodicidade das reuniões ordinárias e extraordinárias.

COMPOSIÇÃO DA CEMVDHC

MEMBROS

Fernando de Vasconcellos Coelho



Fernando de Vasconcellos Coelho (Campina Grande – PB, 20 de julho de 1932), advogado e professor titular da Faculdade de Direito da UNICAP até 1983, foi membro da representação de Pernambuco nas II, IV, X e XVI Conferências Nacionais de Advogados (1968 a 1996), Conselheiro eleito e Presidente da OAB-PE (1985-1986), tendo participado ativamente da luta da instituição pelo restabelecimento do Estado Democrático de Direito. Procurador Judicial do Estado de Pernambuco, no serviço público, entre outras funções dirigiu os serviços jurídicos da Prefeitura do Recife (administrações Pelópidas Silveira e Miguel Arraes), tendo sido Presidente do IPSEP e Chefe da Assessoria Especial do Governador Miguel Arraes (1995-1998). Fundador, presidente estadual e dirigente nacional do MDB (1966-1981) foi também fundador e Vice-presidente nacional do PMDB, integrando sua primeira direção, ao lado de Ulysses Guimarães e Teotônio Vilela (1981-1983). Deputado Federal eleito em 1974 e reeleito em 1978 foi candidato a Vice-governador de Pernambuco, compondo a chapa majoritária com Marcos Freire e Cid Sampaio pela oposição ao regime militar (1982). Além de trabalhos jurídicos, entre outros livros publicou: "Pela Legalidade Democrática" (1975), "Reforma da Justiça e Estado de Direito" (1975), "Justiça independente para Proteção da Liberdade" (1976), "Crítica à Política Fiscal" (1976), "Em defesa do Nordeste" (1976), "Reabertura

Democrática, Liberdade Sindical, Reforma Agrária e Outros Temas" (1978), "Oposição Autêntica" (1978), "Em Defesa dos Interesses Nacionais" (1980), "Olinda Monumento Nacional" (1982), "Constituinte e Outros Temas" (1982), "Nordeste: Problema Nacional" (1984), "A OAB e o Regime Militar" (1996), "Direita Volver: o Golpe de 1964 em Pernambuco" (2004), "1964: Golpe de Estado, Ditadura e Guerra Fria" (2010) e "Tempo de Faculdade e Outros Tempos. A Faculdade de Direito do Recife, os Bacharéis de 1955 e a Luta pela Liberdade" (2012). É o Coordenador Geral da CEMVDHC.

Gilberto Marques de Melo Lima



Gilberto Marques de Melo Lima (Recife – PE, 16 de junho de 1955) formado em Direito pela Faculdade de Direito do Recife (UFPE) em 1977. Advogado militante com maior atuação na área penal. Funcionou como representante da OAB em alguns casos, inclusive, na Comissão de Combate à violência no período de 1985/1986.

Henrique Neves Mariano



Henrique Neves Mariano (Recife – PE, 10 de dezembro de 1963) formado em Direito pela Faculdade de Direito do Recife (UFPE) em 1991 e especialista em Direito Civil ("O Instituto da Desconsideração da Pessoa Jurídica no Novo Código Civil") e Direito Processual Civil ("O Instituto da Tutela Específica das Obrigações de Fazer e não Fazer como forma de efetividade processual"). Foi Assessor do Secretário Geral do Ministério da Justiça e integrante da Comissão Interministerial formada pelo Ministério da Justiça, Ministério da Reforma Agrária e do Ministério do Interior (1985/1986); Assessor do Secretário de Justiça e Segurança Pública do Ministério da Justiça (1986/1989); Diretor de Estudos e Projetos Especiais da Coordenadoria de Planejamento Setorial do Ministério da Justiça (1989/1991); Representante na Região Nordeste Brasileira da Secretaria de Direito Econômico – SDE do Ministério da Justiça (1991/1996); Presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Pernambuco – CAAPE da OAB/PE (2007 / 2009); Presidente da OAB, seccional de Pernambuco (2010 /2012). É Conselheiro Federal da OAB/PE (2013/2016) e Membro da Academia Pernambucana de Letras Jurídicas (APLJ). É autor de vários artigos nos principais jornais de Pernambuco.

Humberto Cabral Vieira de Melo



Humberto Cabral Vieira de Melo (Recife – PE, 31 de janeiro de 1956) é Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife (UFPE) em 1979 e especialista em Direito Civil pela UFPE. Foi Professor Assistente da Universidade de Pernambuco (UPE/FESP) da Cadeira de Direito Tributário na Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco 1985/1994; Chefe da Assessoria Jurídica da Secretaria de Finanças da Prefeitura do Recife (1986-1987); Chefe de Gabinete da Secretaria de Justiça do Estado de Pernambuco 1987/1988; Secretário Adjunto de Assuntos Jurídicos da Prefeitura do Recife 1988/1989; Chefe do Departamento Jurídico da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (1989-1998); Secretário da Justiça e Cidadania do Estado de Pernambuco 1999/2003. Responsável pela elaboração do Capítulo de Análise Jurídica do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para licenciamento do Estaleiro no Distrito Industrial do Porto de Suape – Pernambuco. Participou de diversos seminários e congressos. É Titular da Sociedade Negromonte e Vieira de Melo Advocacia S/C; Procurador Judicial do Município do Recife (desde 1981); Advogado contratado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) (desde 1990); Consultor Jurídico da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (desde 2003); Consultor Técnico Ambiental Classe 5.º (Registro IBAMA nº 555791).

Jose Áureo Rodrigues Bradley



Jose Áureo Rodrigues Bradley (Arcoverde – PE, 25 de agosto de 1948) entrou na Faculdade de Direito (UFPE) em 1967 e foi cassado pelo Decreto-Lei nº 477/69. Prosseguiu os estudos na Universidade de Lisboa em Portugal, finalizando o curso na Faculdade de Direito de Caruaru, depois de concluída sua pena. Formado também em Pedagogia pela UFPE. Fez cursos de especialização em Sociologia (1978-1979) e Direito (1980-1981), ambos na Universidade Católica de Minas Gerais. Foi Sócio da Rádio Difusora Cardeal Arcoverde Ltda. AM-FM (1970); Professor Estatutário da Secretaria de Educação de Pernambuco (1974); Professor Titular da Faculdade de Filosofia de Arcoverde (1974-1986); Presidente da Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde (AESA) (1976-1980); Diretor da Faculdade de Filosofia de Arcoverde (1980-1984); Chefe do Distrito de Operações da Embratel S.A. (1985); Procurador da Embratel S.A (1985-1998); Deputado Estadual Constituinte (1986-1991); Líder do Governo (1987-1991); Presidente da Comissão de Legislação e Justiça (1987); Presidente do DETELPE/TV PERNAMBUCO (1995-1998); Suplente de Senador (1995-2003); Assessor Especial da Prefeitura da Cidade do Recife (2000-2008); Assessor no Ministério da Ciência e Tecnologia (2011/2012); Juiz Conciliador no Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (2009/2011). É Comendador da Ordem dos Guararapes. É autor de diversos artigos em revistas acadêmicas.

Manoel Severino Moraes de Almeida



Manoel Severino Moraes de Almeida (Recife – PE, 22 de fevereiro de 1974) é bacharel em Ciências Sociais (1999) e Mestre em Ciência Política (2004) pela UFPE. É Professor de Direitos Humanos (2008) e Ciência Política (2010) do curso de Graduação em Direito pela Faculdade Maurício de Nassau. Leciona na Pós-Graduação dos seguintes cursos: Módulo de Direitos no curso de Especialização em Direito Penal pela Faculdade Joaquim Nabuco; Especialização em Direitos Humanos na UNICAP, com o conteúdo Democracia e Direitos Humanos; Especialização em Educação da Faculdade Salesiana: A Educação nos Direitos Humanos com ênfase para prevenção do uso de drogas; FACULDADE FRASSINETTI DO RECIFE (FAFIRE) em Psicologia e Direitos Humanos (primeiro curso do gênero no Brasil). Foi Educador/Monitor das oficinas de Direitos Humanos da ONG Tortura Nunca Mais nos assentamentos do MST (1996/1997); Membro do Comitê/Fórum: 30 anos de impunidade do assassinato de Pe. Henrique e do atentado a Cândido Pinto de Melo (1999); Secretário de Direitos Humanos da Diocese do Recife e presidente da Comissão Desmond Tutu da Diocese Anglicana do Recife (2001-2009); Articulador do Movimento Nacional de Direitos Humanos em PE (2001-2002 – Representando a Comissão Desmond Tutu e 2008-2010 – Representando o CENDHEC); Membro da Comissão Especial do CDDPH sobre a Criminalização do Povo Xucuru (2003); Fundador e Coordenador do Comitê Pernambucano de apoio ao PNDH3 – Representando o CENDHEC; Fundador e ex-membro da Coordenação Executiva do Comitê Memória Verdade e Justiça em Pernambuco – Representando o GAJOP. Membro da Comissão Especial do CDDPH para tratar da "Criminalização do Povo Xucuru", representando à sociedade civil;

Colaborador da Comissão Especial Manoel Mattos – acompanhando os atos e o processo da federalização da investigação e julgamento do assassinato do Advogado Manoel Mattos. Delegado nas três esferas da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, colaborando na construção do PNDH3. Foi do Conselho Diretor do Centro Dom Helder Camara (CENDHEC) (2007-2010); Coordenação Executiva do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP) (2010/2011). Trabalhou no DIEESE e no CENDHEC de Estudos e Ação Social no projeto Saber Notificar prestando assessoria a UNICEF. É Associado do Instituto Dom Helder Camara (IDHEC). Conselheiro do Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP - 2010/2011); Colaborador do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH); Membro da Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós- Graduação (ADHEP); Signatário do PNDH3 e Colaborador da rede de defensores e defensoras de direitos humanos das Américas mediado pela Anistia Internacional (RED DE DEFENSORES Y DEFENSORAS DE DERECHOS HUMANOS DE LAS AMÉRICAS). Associado à DIGNITIATIS – Assessoria Técnica Popular.

Maria do Socorro Ferraz Barbosa



Maria do Socorro Ferraz Barbosa (Altinho – PE, 16 de março de 1940) tem curso de bacharelado e licenciatura em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1961) e Doutorado em História Econômica pela USP (1992); realizou Estudos Doutorais na Universidade de Bielefeld, Alemanha (1980) e curso de Especialização em Sociedade e Política Ibero-América no Instituto de Cultura Hispânica em Madrid e curso de Especialização em História do Nordeste na UFPE. Coordenou e participou de vários projetos de pesquisa: "Formação do Estado Nacional" (1972-1976); "Salvamento Histórico em Itaparica" – Convênio com a CHESF (1983-1987); "Formação do Médio São

Francisco: estrutura fundiária, as relações de trabalho e os mecanismos reguladores das relações sociais na região do Médio São Francisco" – CNPq (1990-1996); "Escravidão e Tráfico" – Museu da Abolição – IPHAN (1995); "Projeto Resgate Barão do Rio Branco – Capitania de Pernambuco"; "Ministério da Cultura – Brasil/Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa (1998-2006); Memória Legislativa da Cidade do Recife" – Câmara do Recife (2004-2006); "Informações Preliminares para a Construção do Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial" (2007); "Independência do Brasil, Independência Hispano-Americana, uma perspectiva comparada"; "Projeto integrado entre o Curso de Pós-Graduação em História da UFPE e a Faculdade de Geografia e História da Universidade de Salamanca, Espanha" (2006-2010). Avaliadora de projetos de pesquisa na área de História, da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, do Ministério da Ciência e da Tecnologia de Portugal (1999-2000). Consultora do CNPq e CAPES. Orientou 21 dissertações de Mestrado e 15 teses de doutorado devidamente aprovadas. Foi contratada pela SUDENE como técnica em Assuntos Educacionais operando na Cooperativa do Tiriri, Cabo de Santo Agostinho (1962-1963); Chefe do Gabinete do Secretário de Agricultura Jäder de Andrade no primeiro governo de Arraes (1963-1964); e candidata a vice-prefeita da cidade do Recife pelo PPS (Partido Popular Socialista). Foi Coordenadora do Programa de Pós Graduação em História – Mestrado e Doutorado (2001-2002). Membro do Conselho Departamental do CFCH (2004-2012). Vice-Diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (2004-2008). Diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (2008-2012). Membro do Conselho Universitário e do Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa (1996-1999), (2004-2008) e (2008-2012). Recebeu "Medalha Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira" – Mérito Judiciário, concedido pelo Tribunal Regional do Trabalho 6ª Região (2009); "Prêmio Homenagem: Mulheres que mudaram a história de Pernambuco", concedido pela AIP, AALNE, UBE – PE (2008); "Medalha Comemorativa do Sesquicentenário de Fundação do Gabinete Português de Leitura", concedido pelo Gabinete Português de Leitura de Pernambuco (2007); Prêmio Literário Nacional "A Formação do Estado Nacional Brasileiro e o Papel do Liberalismo" (1989). É autora de quatro livros, 8 capítulos de livro e 13 artigos, publicados em periódicos científicos. Apresentou trabalhos em 38 Congressos Científicos. Professora do Departamento de História da UFPE para as disciplinas História do Brasil, Teorias da História e Técnica de Pesquisa.

Nadja Maria Miranda Brayner



Nadja Maria Miranda Brayner (Recife – PE, 16 de abril de 1946) é Bacharel em Ciências Jurídicas pela Universidade do Recife, atual UFPE (1969); Mestre em Sociologia pelo Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia/PIMES/UFPE (1985); e Estágio de Doutorado no Institut de Hautes Etudes de L'Amérique Latine – Université Paris III – França (1988-1992). Professora concursada na UFPE, atualmente aposentada, exerceu, de março 1979 a junho de 2002 (durante mais de vinte anos) atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão no Departamento de Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE, onde além de ocupar a Chefia do Departamento durante quatro anos (1998-2002), integrou diversos Conselhos e comissões no âmbito da UFPE. Desenvolveu atividades de Consultoria junto a Secretaria de Educação do Recife (2003-2004) e da Secretaria de Educação em Olinda (2006-2007). A partir de 2008, através de seleção pública, passou a integrar a equipe do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural /PRORURAL da Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco/SEPLAG, onde exerceu atividades de assessoria junto aos conselhos rurais na função de Técnica em Desenvolvimento Social até março de 2011. Como estudante universitária, participou ativamente do movimento estudantil em Pernambuco, tendo integrado o Diretório Acadêmico de Direito (1968) e o Diretório Central dos Estudantes (1969) na época denominado de DCE Livre, devido ao Decreto-Lei nº 477/69, que promoveu a intervenção nas entidades estudantis em todo o país. Como consequência dessas atividades, consideradas na época como "subversivas", respondeu inquérito sumário. Na segunda metade dos anos 70, participou junto a várias entidades e movimentos sociais da luta pela redemocratização do país e, de modo particular, pela constituição do Comitê de Anistia em Pernambuco e defesa da integridade física dos presos políticos, tendo sido eleita vice-presidente do Comitê Brasileiro de

Anistia (CBA – secção de Pernambuco). Representando o CBA/PE, participou como oradora, do memorável Comício do Largo de Santo Amaro, por ocasião da volta do Governador Miguel Arraes de Alencar. Em 1979, ao ingressar na UFPE, passou a atuar no movimento docente, em defesa da Universidade Pública, Gratuita de Qualidade e Democrática, sendo eleita Presidente da Associação dos Docentes da UFPE (ADUFEPE), para o biênio 85/86.

Vera Lúcia Costa Acioli



Vera Lúcia Costa Acioli (Recife-PE, 5 de julho de 1943). Professora e pesquisadora da Universidade Federal de Pernambuco, foi Coordenadora do Laboratório de Pesquisa e Ensino de História do Departamento de História da mesma Universidade. Considerada Notório Saber pela publicação do primeiro Manual de Paleografia Brasileira - *A Escrita no Brasil Colônia*. Da sua produção científica, com ênfase em História Colonial e Paleografia, destaca-se ainda a publicação do livro *Jurisdição e Conflitos - aspectos da administração colonial*; o livro *a Identidade da Beleza: Dicionário de artistas e artífices do século XVI ao XIX em Pernambuco* e a organização da coletânea *Promotores de Justiça*. Prestou assessoria ao arquivo do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região em convênio com a UFPE (Projeto Memória e História); ao Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, de Pernambuco; e à Fundação Joaquim Nabuco. Coordenadora da *Sub-comissão de Sistematização da Documentação* da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, inicialmente como assessora e em 2016 como membro da Comissão.

MEMBROS AFASTADOS PARA ASSUMIR OUTROS CARGOS

Pedro Eurico de Barros e Silva



Pedro Eurico de Barros e Silva (pernambucano, nascido em 26 de janeiro de 1951). Advogado, iniciou sua carreira política como militante da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife. Defendeu moradores de várias ocupações de terra no Recife e Região Metropolitana. Durante a ditadura militar, defendia presos políticos, denunciava a tortura e a perseguição política. Em 1982 foi eleito vereador do Recife e em 1986, deputado estadual pelo PSB. No segundo Governo Arraes (1986-1990) ocupou a Secretaria de Habitação, onde criou o Programa Chão e Teto, que viabilizou a construção de 20.000 casas populares, urbanização de favelas e regularização de títulos de posse de terras no Grande Recife. Foi reeleito deputado estadual em 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006. Foi líder da oposição na legislatura de 1990 e presidente da Assembleia no biênio 1995-1996. Designado para a composição inicial da CEMVDHC, mas renunciou em 28 de dezembro de 2012, para assumir o cargo de Secretário Estadual da Criança e da Juventude, sendo substituído por José Áureo Rodrigues Bradley.

Roberto Franca Filho



Roberto Franca Filho (Recife – PE, 20 de maio de 1951). Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da UFPE em 1974 e advogado registrado na OAB/PE. Atualmente é Diretor Executivo do Instituto Dom Helder Câmara e Procurador aposentado da Prefeitura da Cidade do Recife (1985 a 2010). Foi Secretário Particular do Senador Marcos Freire (1975 a 1977), Chefe do Escritório de Representação da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM) (1986 a 1988), Secretário da Justiça do Estado de Pernambuco (1988-1990), Secretário de Segurança Pública do Estado de Pernambuco (março de 1990), Deputado Federal pelo PSB (1991 a 1994) e Secretário de Justiça do Estado de Pernambuco (1995 a 1998) e Secretário de Políticas Sociais e Habitação da Prefeitura Municipal de Olinda (2001 a 2008). Foi Presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife (1984 a 1985), Presidente do Centro de Cultura Luiz Freire (1980 a 1983), Fundador e Coordenador do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP) (1981 a 1988). Designados para a composição inicial da CEMVDHC, mas se desligou antes das conclusões dos trabalhos, em 31 de outubro de 2016, para assumir o cargo de presidente da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase), sendo substituído pela professora Vera Lúcia Costa Acioli.

ASSESSORES

Coordenadoria da Assessoria

Fernando José Pereira de Araújo

Subcomissão de Pesquisa

Rafael Leite Ferreira,

Samuel Carvalheira de Maupeou (até maio de 2013), substituído por

Tereza Cristina Neves Wanderley

Zélia Maria Pereira da Silva.

Subcomissão de Audiências

Eduardo Gomes de Figueiredo (até dezembro de 2012), substituído por

Lília Maria Pinto Gondim

Joelma de Gusmão Lima

Subcomissão de Sistematização da Documentação

Valéria José Silva Santos (até agosto de 2013), substituída por

Suzane Batista de Araújo (até junho de 2014), substituída por

Monike Gabrielle de Moura Pinto

Vera Lúcia Costa Acioli (até novembro de 2016), substituída por

Ana Cecília Lima

Assessoria de Comunicação

Jacqueline de Araújo Florencio

COLABORADORES

Assessoria administrativa

Ruth Lima de Araújo Coutinho

Samara Késia (de outubro de 2012 a dezembro de 2013)

Ana Cecília Lima Vasconcelos (de outubro de 2012 a dezembro de 2014)

Maria Martha Cavalcante Padilha (de maio de 2013 a fevereiro de 2014)

Geraldo José Carvalho Cisneiros (de julho de 2014 até agosto de 2016)

Maria Nívea dos Prazeres Siqueira Melo Hoepfner (de agosto de 2015 a junho de 2016)

Lia Marques (de junho de 2015 a maio de 2016, como voluntária, e a partir de junho de 2016, como contratada)

Enauri do Carmo de Assis Galvão (a partir de agosto de 2016).

Assessoria de Sistematização da Documentação

Priscila Gonçalves Ferreira (de setembro de 2013 a dezembro de 2014, como voluntária, e a partir de janeiro de 2015, como contratada)

Assessoria de Comunicação

Débora Brito (de janeiro a julho de 2013)

Maria Nívea dos Prazeres Siqueira de Melo Hoepfner (de agosto de 2013 a agosto de 2015)

Rani Mendonça (de março a outubro de 2013)

Neide Andrade (de maio a outubro de 2014)

Ramone Soraia Ramalho de Souza (de dezembro de 2013 a maio de 2014)

Cibelly Melo (a partir de agosto de 2015).